



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobretudo, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 13/04/2020

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE, Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1965016923961354>

Rodrigo Dutra-Gomes

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE/ Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1899143196478529>

RESUMO: Apresentamos neste ensaio apontamentos sobre a história da área que o hoje corresponde ao Sudoeste do Recife. Predominantemente composta por bairros que só viriam se consolidar na segunda metade do século XX, a área – que do ponto de vista político-administrativo é nomeada RPA-05 – não consta em literatura clássica sobre a cidade do Recife como sendo parte do núcleo urbano que dá origem à capital pernambucana. Contudo, recorrendo a mapas dos séculos anteriores e fotografias, busca-se desvelar, ainda que parcialmente, processos que levaram a consolidação deste fragmento como parte do Recife contemporâneo. Tais fontes nos permitiram inferir duas características que sobre a área hoje correspondente ao Sudoeste do

Recife. A primeira, que predominavam os usos agrários do território, notadamente o cultivo da cana-de-açúcar. E a segunda, que o declínio da cultura canieira e dos engenhos abre espaço para outros usos que viriam se consolidar a partir do século XX, notando-se a partir de registros fotográficos o aparecimento dos mocambos em áreas que antes correspondiam nos mapas a sítios e arrabaldes, onde existiram os antigos engenhos.

PALAVRAS-CHAVE: Recife; RPA-05; Engenhos; Mocambos.

ABSTRACT: In this paper we present notes on the history of the area that today corresponds to the Southwest of Recife. Predominantly composed of neighborhoods that would only consolidate in the second half of the 20th century, the area - which from the political-administrative point of view is named RPA-05 - does not appear in classical literature about the city of Recife as part of the urban nucleus that gives rise to the capital of Pernambuco. However, using maps from previous centuries and photographs, the aim is to reveal, albeit partially, the processes that led to the consolidation of this fragment as part of contemporary Recife. Such sources have allowed us to infer two characteristics about the area that today corresponds to the Southwest of Recife. The first was the predominant agrarian uses of the territory, notably the cultivation of

sugarcane. And the second, that the decline of sugarcane and sugarcane mills opens space for other uses that would be consolidated from the 20th century on, noting from photographic records the appearance of mocambos in areas that previously corresponded on maps to sites and suburbs, where the old mills existed.

KEYWORDS: Recife; RPA-5; manufacture farm; slave refuge

1 | INTRODUÇÃO

Pretendemos abordar neste ensaio alguns aspectos da história do Recife, mais precisamente da área que hoje corresponde ao sudoeste da capital pernambucana. O percurso por meio do qual destacaremos esse histórico ensejará também uma reflexão sobre as fontes utilizadas para obter de dados acerca das localidades. Como se trata de uma área mais recentemente incorporada ao tecido urbano quando comparada a outras, esta não dispõe da mesma quantidade de livros, documentos oficiais, ou mesmo publicações científicas tratando dos processos que lhe origina.

Atualmente, o Sudoeste do Recife é uma das seis regiões administrativas em que o Recife se divide. Composto por 16 bairros, no âmbito do planejamento das ações pelo poder público municipal corresponde à chamada Região Político-administrativa V (RPA-05), conforme ilustra a figura 01. Afogados, Areias, Barro, Bongi, Caçote, Coqueiral, Curado, Estância, Jardim São Paulo, Jiquiá, Mangueria, Mustardinha, San Martin, Sancho, Tejipió e Totó são os bairros que compõem a referida RPA, que limita-se com outros bairros do Recife e também com o município do Jaboatão dos Guararapes.

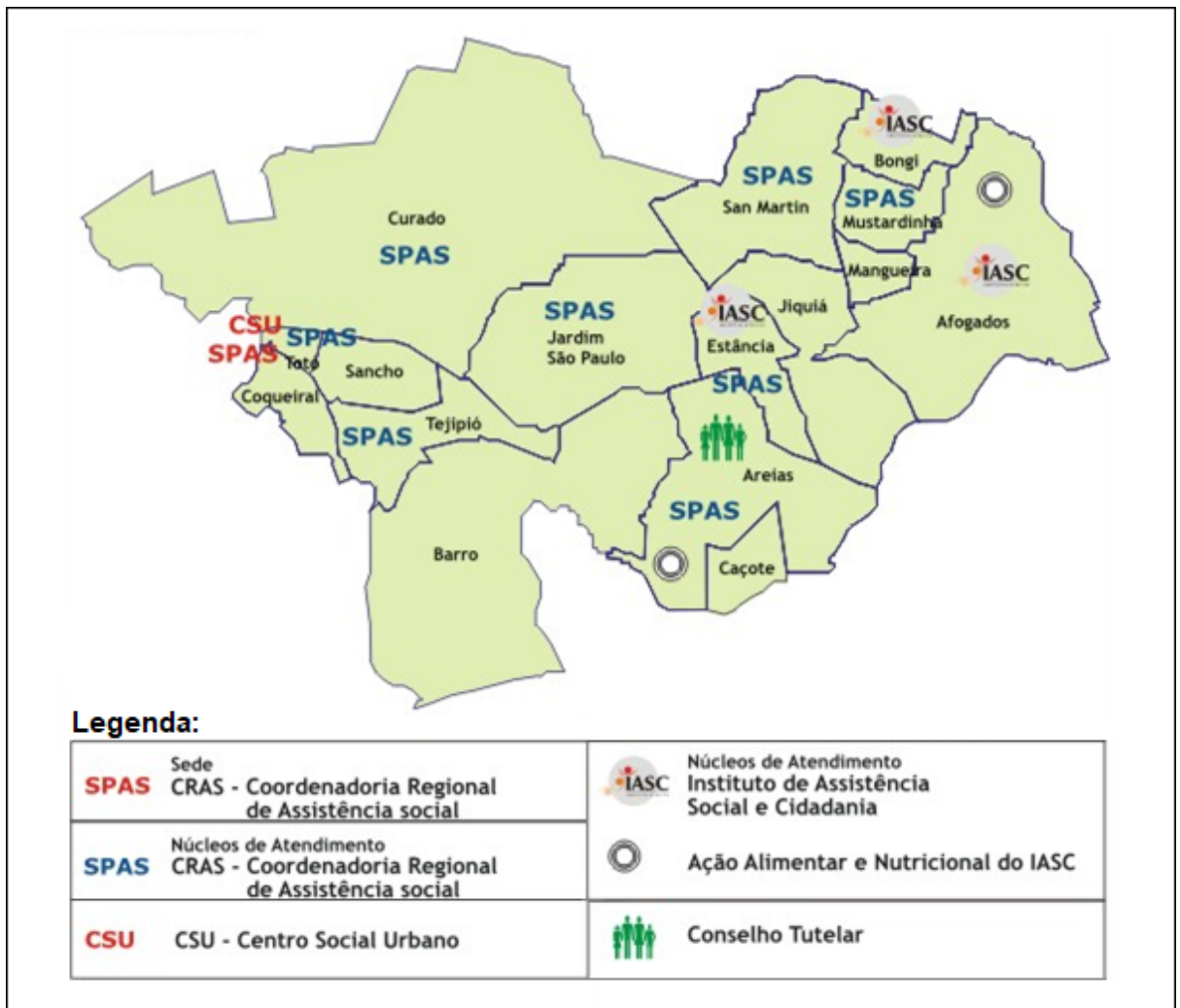


Figura 01 – Os 16 bairros da RPA - 05 do Recife

Fonte: Prefeitura do Recife (adaptado pela autoria).

Se comparada com a histórica vila de pescadores que dá início à cidade do Recife, ou mesmo com a cidade do Recife projetada a partir da ocupação holandesa na capitania de Pernambuco, a área de que falamos foi muito mais recentemente incorporada ao tecido urbano. Com efeito, veremos que a maioria desses bairros apenas passa a se constituir como tal na segunda metade do século XX. Contudo, isso não significa que tal área encontrava-se desocupada, aguardando que a cidade se expandisse em sua direção sem que quaisquer outros usos paralelamente ao desenvolvimento da cidade.

Para identificar os usos e desvelar aspectos da história desta que hoje é uma porção do Recife contemporâneo, utilizaremos como fontes mapas elaborados no séc. XIX e início do séc. XX, que nos permitiram acessar informações sobre os arredores da cidade do Recife, que viriam a ela ser incorporados décadas depois. Além dos mapas, recorreremos a fotografias, pinturas e informações obtidas em monumentos como fontes de informação.

2 | RECONSTITUINDO O PASSADO DO SUDOESTE DO RECIFE: UM RETORNO AO PERNAMBUCO DOS ENGENHOS

Considerando a diminuta produção de trabalhos acerca do Sudoeste de Recife, iniciamos a reconstituição da trajetória dessa porção do espaço através da coleta de registros antigos do Recife em que a área esteja de alguma forma representada. Auxiliaram-nos a compreender como a área onde hoje se localiza a RPA-05 do Recife foi incorporada a malha urbana da cidade recursos como a cartografia histórica e os registros fotográficos.

As áreas de mais antiga instalação de povoado no que hoje corresponde ao sudoeste do seu território, são as dos atuais bairros de Afogados e Jiquiá. A origem desses dois núcleos de povoamento está relacionada com aspectos da formação socioespacial do Pernambuco nos primeiros séculos de dominação portuguesa, de economia fortemente vinculada ao cultivo da cana-de-açúcar, tendo os engenhos como expressão na paisagem das características da sociedade colonial.

No Séc. XVI o que se considerava como Recife se limitava a “um pequeno povoado, cuja principal atividade era a exportação da cana-de-açúcar, com base nos engenhos de açúcar” (ALVES, 2009, p.30). Neste contexto, no ano de 1598, procedeu-se a demarcação judicial das Terras do Jiquiá (COSTA, 2013), onde estava situado um engenho de açúcar que foi mantido até 1630, quando por ocasião da invasão holandesa viria a ser abandonado.

A posição estratégica que o engenho ocupava naquela altura justificava-se pela proximidade em relação ao rio Jiquiá. Os rios desempenhavam naquela época importante papel nos fluxos de mercadorias e no deslocamento para o interior do continente, sendo estratégica a dominação das terras que os margeavam. Mais do que caminhos, os rios eram vetores do crescimento da cidade do Recife que, conforme Castilho, “aconteceu a partir da área do porto – núcleo central e histórico da cidade, seguindo as vias de comunicação articuladas àquela área: os rios em princípio, e as estradas (ferrovias, rodovias etc.) posteriormente” (CASTILHO, 2013, p. 156). O surgimento do povoado dos Afogados entre o rio Jiquiá o rio Capibaribe atesta a relação entre a expansão do Recife e seus rios.

Até o final do Séc. XIX, a paisagem no Sudoeste do Recife foi predominantemente rural, fato que só começa a se alterar lentamente na primeira metade do Séc. XX. Em 1870 (figura 02), ainda era possível identificar a presença dos engenhos como atividade dominante no que hoje é a RPA 05 e em seu entorno. Na planta da cidade do Recife de 1870 está registrada a presença do Engenho Jiquiá e deslocando-se para oeste na carta, outros engenhos podem ser observados, a exemplo dos Engenhos S. Paulo, Curado, S. Francisco.

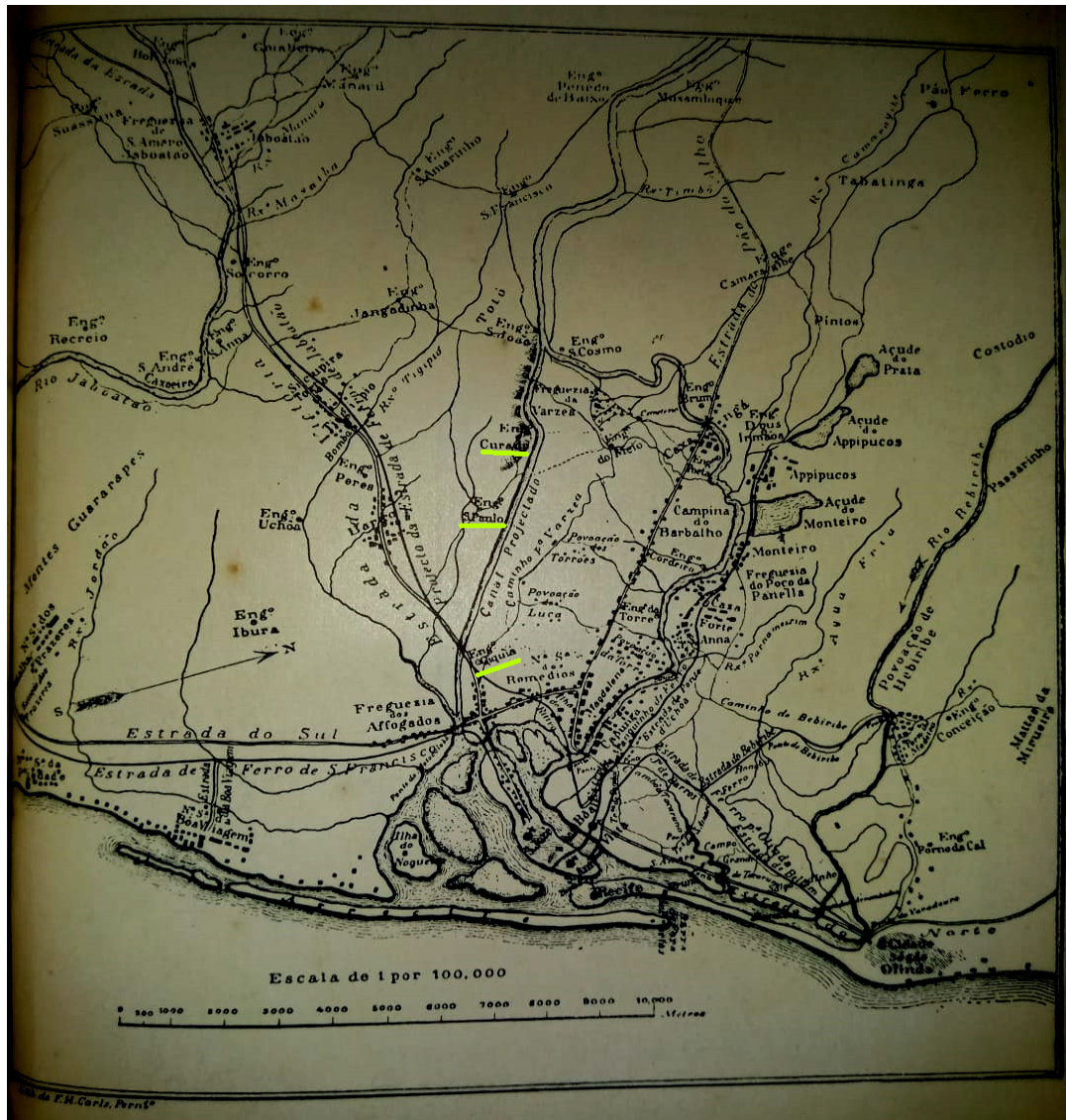


Figura 02 – Planta da cidade do Recife e arredores, 1870

Fonte: CASTRO, Josué de. A Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

Muitos bairros do Recife têm em seu nome uma referência aos engenhos que os antecederam. No caso do Sudoeste do Recife, como atesta a carta de 1870, há três bairros que preservam estes nomes: Jiquiá (Engenho Jiquiá), Curado (Engenho Curado) e Jardim São Paulo (Engenho S. Paulo). No entanto, a extensão territorial dos engenhos era maior do que a dos atuais bairros. É o que confirma Pereira da Costa:

Da tradicional Estância do Jiquiá, mantém ainda a sua memória, a propriedade chamada *Sítio da Estância*, onde ela campeou, cuja localidade, com outras mais, nomeadamente as do Piranga, Caçote e Areias, pertenciam as terras do extinto Engenho do Jiquiá (COSTA, 2013, p. 105)

Os nomes das localidades pertencentes as terras do Engenho Jiquiá anunciam, assim como os nomes dos engenhos, os futuros bairros que ali surgiriam. Jiquiá,

Jardim São Paulo, Curado, Areias, Caçote, Estância, Piranga (se tornaria Ypiranga, em Afogados). O povoado do Barro, que surgiu no século XIX e daria origem ao bairro de mesmo nome, edificou-se em terras do Engenho Peres (COSTA, 2013). Além disso, no local onde hoje estão os bairros Totó e Tejipió, estava o engenho S. João. Nesse sentido, ficam reveladas nas toponímias, isto é, na nomenclatura dos lugares, as conexões entre os pretéritos engenhos situados nas cercanias de um Recife portuário que escoava a produção do açúcar e os bairros do presente, cujos nomes fazem alusão aos dos engenhos ali situados.

Em termos de transformação da paisagem no que hoje é o Sudoeste do Recife, o que se viu do séc. XVI até o final do séc. XIX foi a substituição das vegetações nativas pela monocultura da cana-de-açúcar, tendo como expressão no espaço desta atividade a presença dos engenhos. Se do ponto de vista da paisagem os engenhos se destacavam, no que concerne aos agentes produtores do espaço, poderiam ser identificados até este momento: os proprietários fundiários, senhores de engenho; a população escravizada, que tinha na senzala o local de aprisionamento e que construía, quando das fugas, os quilombos, expressões no espaço da resistência ao processo de dominação escravagista.

Diferia desta configuração, marcada pela presença dos engenhos, a Freguesia dos Afogados. Pereira da Costa, que viveu entre 1851 e 1923, assim descreveu Afogados em *Arredores do Recife*

Os Afogados, propriamente hoje um dos bairros da cidade, são uma grande e bela povoação, com vida animadíssima e recursos próprios, com duas estações de caminhos de ferro uma linha de bondes elétricos, e uma grande população, que além do perímetro central da povoação se estende, sem solução de continuidade, a outros centros em paragens diversas, com as denominações de Escobar, Miramar, Sertãozinho, Piranga, Remédios, Catucá e Malunginhos (COSTA, 2013, p. 13).

A feição urbana já impressa na povoação dos Afogados tem relação com sua origem, datada da ocupação dos holandeses (1630-1654) e da construção do forte Príncipe Guilherme. A povoação é definida na obra *América*, publicada por Arnoldus Montanus em Amsterdã no ano de 1671, como “um extenso e compacto agrupamento de casas, de boa construção e feição flamenga, e, em situação de destaque, uma capela, isoladamente disposta” (COSTA, op. cit., p. 09). Com efeito, Gilberto Freyre constata que a antecipação das condições de vida urbana em Pernambuco “se verificou em consequência, principalmente, do domínio holandês, que comprometera ao mesmo tempo o poder dos senhores de engenho e o da igreja de Roma” (FREYRE, 2004, p. 107), fator que explica a distinção entre Afogados e as demais localidades, onde a presença dos engenhos foi predominante até o final do século XIX.

Mesmo nos mapas que datam do início do séc. XX apenas porções do que são

os bairros do Jiquiá e Afogados se acham representadas (Mapa 03), com o restante do que é a RPA 05 da atualidade representado quase como um vazio. Como expusemos tais áreas já se encontravam em uso, com ocupações predominantemente rurais. Se a presença holandesa havia, por um lado, consolidado um núcleo de atividades urbanas, os engenhos, por outro, chegariam até o séc. XIX, alcançando seu auge nos séculos XVII e XVIII no chamado ciclo da cana-de-açúcar. A substituição dos engenhos pelas formas urbanas que os sucederam na primeira metade do séc. XX se explica, em parte, pelo declínio da atividade açucareira, bem como pelo processo de “modernização” que ganharia vigor a partir da década de 1930.

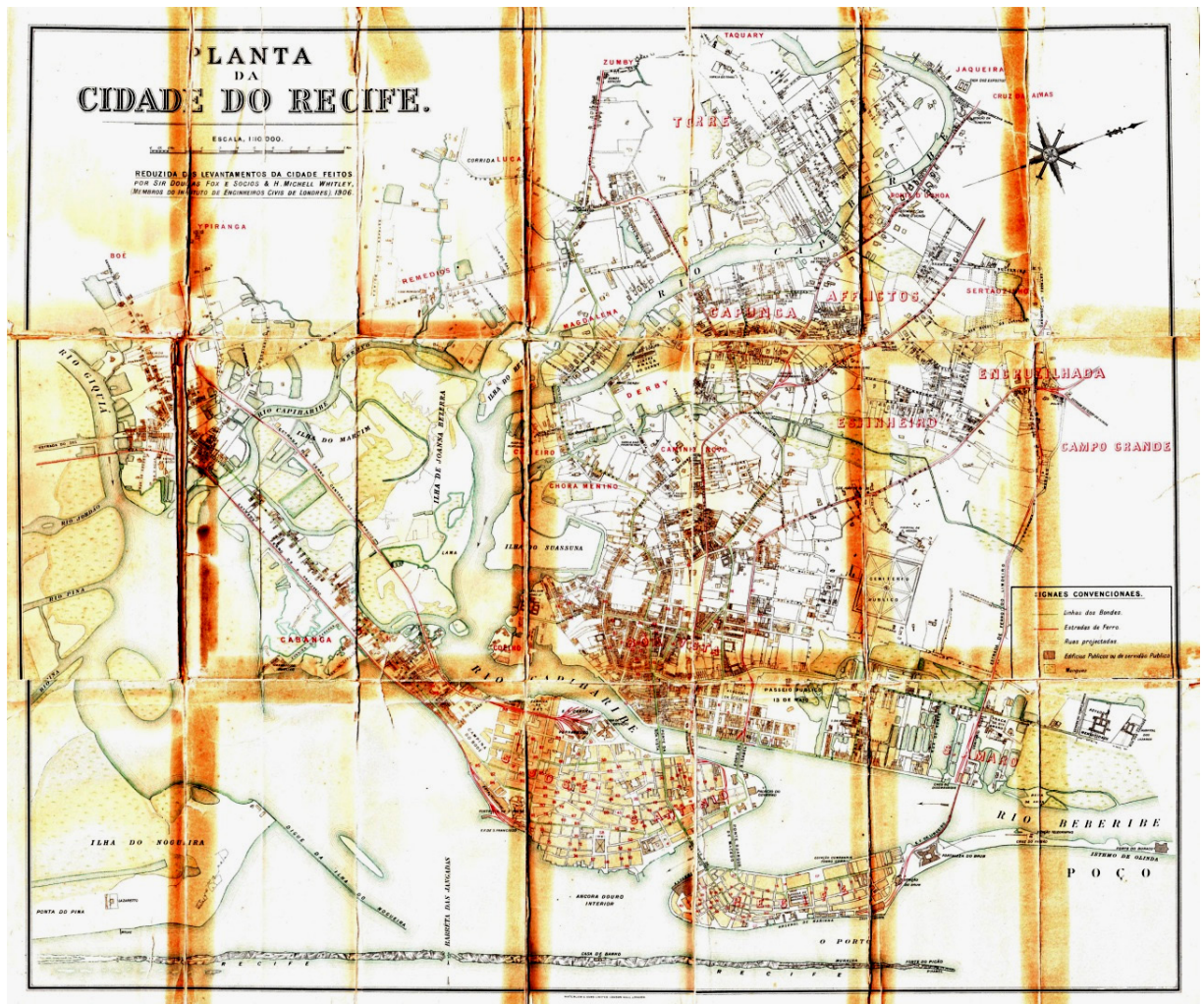


Figura 03 – Planta da cidade do Recife, 1906

Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco (LABTOPOPE). Disponível em: <<http://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

Na planta de 1906 (figura 03), produzida por membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres, a ausência de representação de engenhos, sítios e fazendas que ainda faziam parte da paisagem do Recife no início do séc. XX exprime o interesse específico dos ingleses em representar as áreas urbanas, não sendo relevantes na representação cartográfica as áreas rurais que ainda existiam no que corresponde ao atual território do Recife. Esta representação se justifica pelas atividades aqui promovidas pelo capital inglês, a exemplo da instalação de ferrovias, tendo sido a *Recife – São Francisco Railway (RSF)* a primeira estrada de ferro do Brasil, inaugurada já em 1858 (SANTOS e DABAT, 2017). Isto considerado, ao observar os mapas da primeira metade do séc. XX e as áreas aparentemente vazias que estes apresentam, não deixamos de considerar a possibilidade de ainda haverem ali atividades rurais sendo desenvolvidas.

A transição do séc. XIX para o séc. XX foi marcada por transformações e permanências. A abolição da escravidão em 1888, não acompanhada de uma democratização do acesso a terra, fez com que as desigualdades representadas no par casa-grande e senzala tenham se reproduzido mesmo com a generalização do trabalho chamado livre. O sobrado, apresentado por Gilberto Freyre (2004) como oponente burguês das casas-grandes dos senhores de engenho, produziu como par dialético o mocambo (Figura 04), habitação precária que expressava a permanência das relações de profunda desigualdade que marcavam um Brasil recém-saído da escravidão formal.



Figura 04 – Mocambos construídos nas zonas alagadiças, Recife

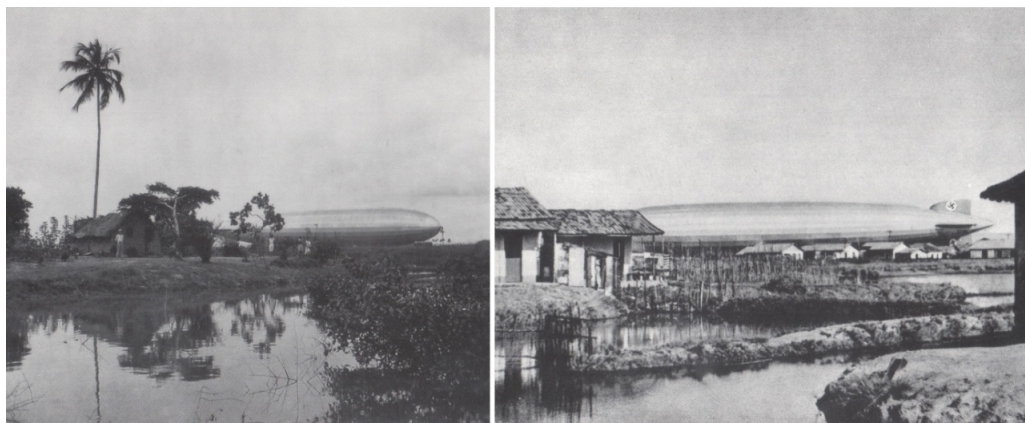
Fonte: CASTRO, Josué de. *A Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

É importante assinalar que do declínio da economia do açúcar, da transição do trabalho escravo para o chamado trabalho livre e da dinamização de atividades industriais – notadamente na primeira metade do séc. XX, novas formas espaciais emergiram, transformando as paisagens. No caso do Recife, a multiplicação dos mocambos é uma característica relevante, pois são estas formas espaciais decorrentes da profunda desigualdade social e racial herdada da economia canavieira que antes dominava em boa parte do que hoje corresponde ao sítio do Recife.

Os registros dos primeiros mocambos do Recife datam da segunda década do séc. XIX (PONTUAL, 2001), mas generalizam-se como autoconstrução da população mais pobre na primeira metade do séc. XX. Segundo Pontual,

[...] pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos não só “cercavam a cidade como um babado” como estavam “enquistados em áreas mais urbanizadas”, em 1939 essa situação devia ser aterradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo (PONTUAL, 2001, p. 427).

Retonando ao sudoeste do Recife, a generalização dos mocambos como forma de autoconstrução própria das populações pobres da cidade teve também lugar nas terras dos antigos engenhos de açúcar. A similaridade entre os mocambos representados na figura 04 e as habitações registradas em fotografia nas terras do que foi o Engenho Jiquiá, quando da passagem do *Graf Zeppelin* no Recife (figuras 05 e 06), atestam que os mocambos tornaram-se também parte da paisagem naquela porção do Recife.



Figuras 05 e 06 – Mocambos no Campo do Jiquiá, década de 1930
Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. *Zeppelin no Recife*. Recife: Poço Cultural, 2015.

Paralelamente ao crescimento da quantidade de mocambos no Recife, a mancha urbana da cidade se expandiu rumo a oeste, tendo como eixos dessa extensão as rodovias e estradas de ferro. Em planta do Recife de 1932 (figura 07) já se verifica uma faixa contínua de crescimento da cidade na direção sudoeste, já

estando denominados na carta o Jiquiá, a Estância, Areias e Barro. No entanto, entre este primeiro eixo de crescimento e o que se desenvolve margeando a Av. Caxangá, verifica-se uma área extensa em branco, sem nenhuma representação na legenda.

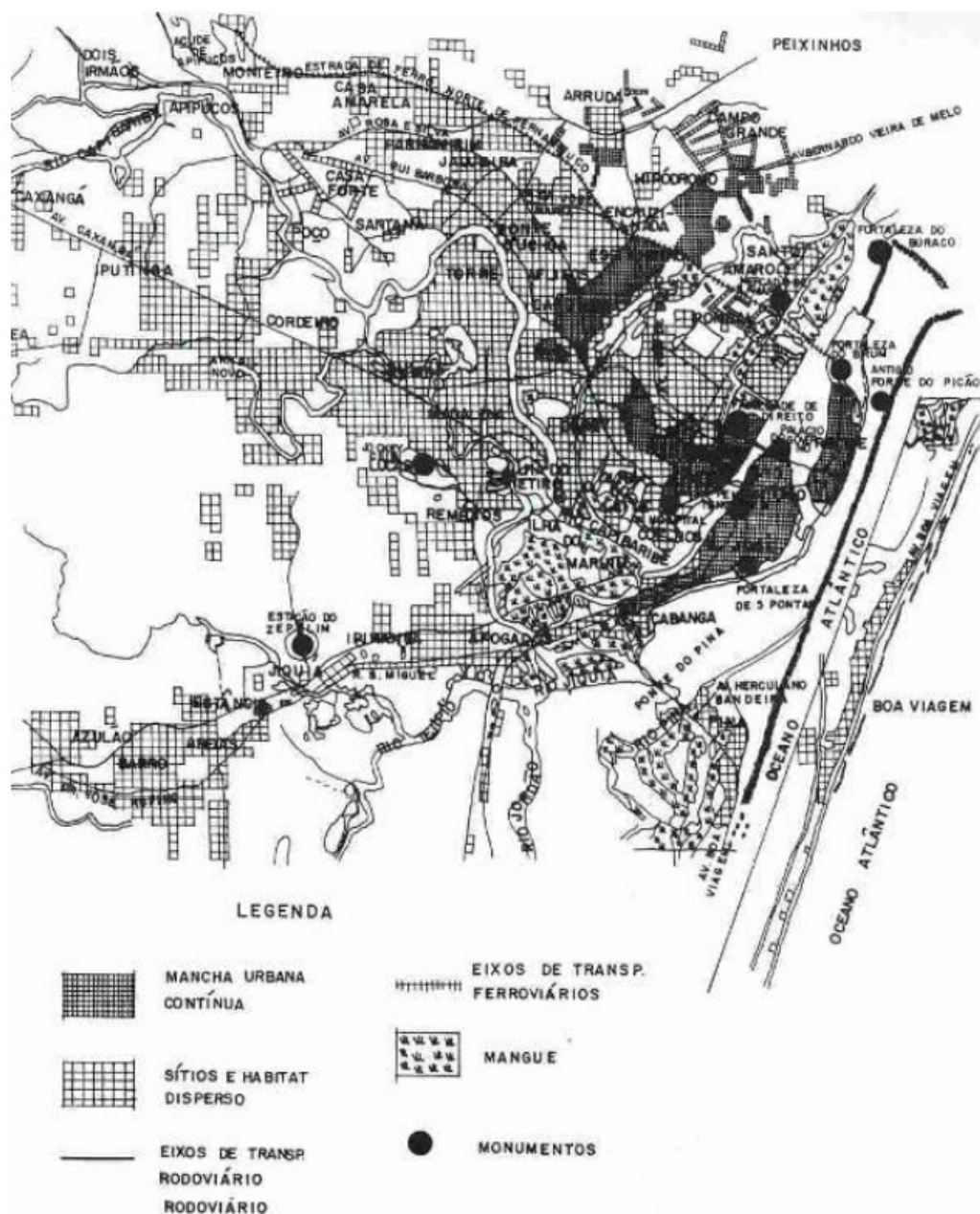


Figura 07 – Planta do Recife e seus arredores, 1932

Fonte: Barreto (apud Vasconcelos e Sá, 2011).

Embora na planta de 1932 a área correspondente ao Jiquiá encontre na legenda apenas a característica de sítios e habitat disperso, aglomerados de maior densidade que os povoados coloniais já se encontravam em consolidação. Um ano antes, ainda no contexto da passagem do dirigível alemão *Graf Zeppelin*, registraram-se fotografias em que é possível observar uma parte do que seria o Jiquiá naquela época (Figura 08), nas proximidades da torre de aterrissagem que lá permanece. Se a imagem nos permite, por um lado, confirmar que se tratavam de habitações ainda muito espaçadas, por outro, já seria esta uma paisagem diferente dos engenhos que

hegemonizavam o sudoeste do Recife nos séculos passados.



Figura 08 – Vista para o Campo do Jiquiá

Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. Zeppelin no Recife. Recife: Poço Cultural, 2015.

O que as imagens obtidas no contexto da passagem do dirigível e de sua atracação no Campo do Jiquiá (Figuras 05, 06 e 08) revelam é que a multiplicidade do padrão construtivo das habitações já era uma marca do Recife naquele contexto. Os mocambos representavam uma forma de autoconstrução daquelas populações que, recém-saídas do jugo da escravidão, seguiam despossuídas de terra e de condições mínimas para a construção de alvenaria. Não por acaso, a imagem do mocambo repete-se sempre nas margens de córregos, áreas suscetíveis a enchentes, configurando uma forma precária de habitação.

3 | OS MOCAMBOS E A AUTOCONSTRUÇÃO NO SUDOESTE DO RECIFE

Os mocambos, que se generalizaram no Recife na primeira metade do séc. XX interessaram-nos em particular pela similaridade em relação às formas de autoconstrução que o sucederam e que continuam a marcar presença nas paisagens do Recife contemporâneo. Pesaram sobre o mocambo o estigma da moradia irregular, da construção em áreas sem título de propriedade, as insalubridade e da proliferação de doenças, chegando na década de 1930 esta estigmatização ao seu auge, com políticas de governo que traduziam este sentimento.

Por outro lado, foi o mocambo uma das poucas alternativas de moradia de uma parcela imensa da população que historicamente não teve acesso a terra seja

no espaço rural ou nas emergentes cidades. O registro de crianças, negas em maioria, banhando-se em córrego nas proximidades do Campo do Jiquiá (Figura 09), dimensiona a relação que as populações mais pobres da cidade estabeleceram com suas águas, uma relação de moradia que começa com os mocambos, mas que atravessa o tempo e transforma-se nas palafitas das margens dos rios do Recife.



Figura 09 – Crianças no Campo do Jiquiá

Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. Zeppelin no Recife. Recife: Poço Cultural, 2015.

Construídos por agentes produtores do espaço que poderiam ser considerados parte dos “grupos sociais excluídos”, conforme define Corrêa (1989), os mocambos proliferavam-se pelo Recife. Na década de 1930, teve início a mais forte repressão a sua existência. Virgínia Pontual assim descreve tal processo:

Com o interventor Agamenon Magalhães, o combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco. Num primeiro momento, a atuação do governo de Agamenon Magalhães caracterizou-se apenas pela destruição dos mocambos; porém, após as articulações com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), assistiu-se a um surto construtivo de vilas habitacionais destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos segmentos profissionais não-organizados (PONTUAL, 2001, p. 427).

A violenta ação contra os mocambos foi uma marca do Estado Novo em Pernambuco, uma ação que expressava a posição do Estado como agente produtor do espaço que naquele momento operava não só pela eliminação do mocambo da paisagem da cidade, como apresentava a construção de vilas como alternativa ao mesmo. Acreditamos que na ideologia “modernizadora” do Estado Novo estava o argumento utilizado para legitimar, naquele momento, a luta que era empreendida contra o mocambo pelos governantes. Segundo Leite

O interventor anunciava: Não tem conversa. O mocambo é um mal e como tal deveria ser extirpado. Mal contra a saúde e social. 'Mal social e célula de descontentamento aberta a todas as infiltrações que provocariam explosões sociais'. O Estado Novo queria um novo homem, transformando o atraso em modernidade. Um homem capaz de participar com seu trabalho e a sua crença no futuro, na edificação de um novo Brasil. O Estado Novo buscou permanentemente incutir sua concepção de mundo e seus valores, dentro de uma tradição corporativa, embasado no modelo tradicional de família, deus, pátria e ordem. Ele se significava como a superação das estruturas arcaicas e rurais que sustentavam o Brasil antes de 1930. O mocambo era incompatível como o novo homem brasileiro articulado pelos mentores do Estado Novo (LEITE, 2010 p. 02).

Em meio a uma época marcada pela transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, da substituição das importações, do crescimento das indústrias e da ideia de modernização, deflagra-se uma guerra contra os mocambos no Recife. Paralelamente a isso, a instalação de fábricas, as primeiras políticas habitacionais e expansão da autoconstrução foram progressivamente transformando a paisagem rural que persistia no Sudoeste do Recife, conferindo a este uma feição urbana. Assim, a paisagem dos engenhos foi dando lugar às habitações autoconstruídas. Reconstituir esta transição nos permite desvendar a trajetória da parte do Recife que aos poucos foi sendo tecido nos arredores da cidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender as dinâmicas que envolvem o Sudoeste do Recife no presente, entendemos que é necessário buscar na história os processos que levaram esta porção da cidade a assumir a formatação atual. Contudo, por se tratar de uma área que só foi efetivamente incorporada ao tecido urbano na segunda metade do século XX, a narrativa sobre o processo histórico do Recife acaba por não apresentar um detalhamento de informações sobre esta área como o que ocorre em relação aos bairros de mais antiga ocupação urbana na planície do Recife.

Para compreender a dinâmica de áreas que hoje fazem parte do município do Recife, mas que até a primeira metade do século XX não integravam uma macha urbana contínua da cidade, é necessário recorrer a referências que tratem das atividades rurais que predominavam em diversas áreas hoje urbanas.

Reconhecemos a contribuição de Pereira da Costa, em *Arredores do Recife* (2013), como um importante registro dessas áreas e de suas trajetórias, desde a constituição de propriedades rurais até o surgimento de povoados que originariam bairros como Jiquiá, Barro, Estância, Areias e Afogados. Relata, portanto, a história de pedaços do Recife que não faziam parte do Recife oficial daquele tempo.

Contudo, consideramos a necessidade de ampliar as referências acerca das áreas que hoje são bairros do Sudoeste do Recife. Recorreremos aos mapas que,

datados do final do séc. XIX e do início do séc. XX possibilitaram inferir que os engenhos de cana-de-açúcar compuseram por séculos a paisagem do que hoje é a RPA-05 do Recife. Muitos nomes de engenhos, que declinaram com a economia canavieira, estão preservados na nomenclatura dos bairros de hoje. No Sudoeste do Recife, isso acontece no caso do Jiquiá, Jardim São Paulo e Curado, mas repete-se em outras localidades, como Engenho do Meio, Ibura, Dois Irmãos. Todos bairros do Recife contemporâneo cujos nomes remetem a engenhos do passado.

Recorrendo a fotografias, identificamos a autoconstrução como um processo que marca a transição de antigas áreas rurais para futuros aglomerados urbanos. No Sudoeste do Recife, com a passagem do *Graf Zepelim* na década de 1930, lá estavam posicionados os mocambos, anunciando que a autoconstrução – até hoje característica nos bairros da RPA-05 – seria um importante componente na tessitura do Recife na direção sudoeste.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Apontamentos para uma Geografia Social da Cidade do Recife**. In: GALVÍNCIO, Josicleda Domiciano; SOUZA, Verônica Meira de. *Mudanças Climáticas e Biodiversidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CASTRO, Josué de. **A Cidade do Recife**: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. - 3a. Edição - Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

COSTA, F. A. Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

FIGUEIREDO, Jobson. **Zeppelin no Recife**. Recife: Poço Cultural, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Editora, 2004.

LEITE, Ricardo. **Recife dos Morros e Córregos**: a fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. Recife: X Encontro Nacional de História Oral, 2010.

PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife**: representações culturais e configurações urbanas. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001, p. 417-434.

SANTOS, Renata Nóbrega; DABAT, Christine R. **A Civilização Acompanha as Locomotivas**: a implementação da rede ferroviária no Brasil e na China 1852-1912. *Revista Leste Vermelho*, V.3., N.1, Janeiro/2017, pp. 453-509.

VASCONCELOS, Thatiana Lima; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife**. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VASCONCELOS_THATIANA_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf>. Acesso em 27 jun. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18
Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208
Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70
Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58
Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14
Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236
Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207
Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163
Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135
Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268
Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185
Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151
Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269
Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218
Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218
Geografia agrária 37, 269
Gestão empresarial 179
Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0